

Dívida: acordo interino sobrevive

Na sexta-feira, o acordo com os credores corria sério risco, mas a situação melhorou, embora não se possa descartar até um rompimento total entre as partes.

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O acordo interino entre o Brasil e os bancos credores "recobrou a vida", ontem, quando seu diagnóstico era o de "coma profundo", na última sexta-feira, por causa da deserção de uma casa de investimento do governo do Kuwait, a "Ketic".

A fonte que anunciou a sobrevivência do acordo interino, às 8 horas da noite de ontem, no horário brasileiro, não quis entrar em detalhes nem descartou as chances de uma recada fatal, mas declarou que "agora se espera que o Brasil e os bancos credores devam fazer seu primeiro desembolso até o dia 29.

Este desembolso, de US\$ 400 milhões para o Brasil, e US\$ 800 milhões para os bancos, pagará quase o total dos juros do último trimestre deste ano. Marcado para o dia 14, foi

adiado para ontem e agora está remarcado para terça-feira, 29.

O Kuwait foi o responsável pela crise que adiou o primeiro desembolso, querendo sair do pacote, para o qual tinha entrado com US\$ 20 milhões. Outros bancos, com participações menores, ameaçaram segui-lo, e até poderiam, amparados por algumas cláusulas contratuais. A saída do ministro Bresser Pereira reforçou ainda mais a tendência de debandada. Uma fonte que segue de perto as negociações tornou-se até fúnebre, ao falar da reunião em Nova York como de um velório, e do acordo, como "moribundo" ou "agonizante".

O Kuwait tinha um motivo além da desconfiança de quase todos os bancos sobre as negociações para um pacote de médio prazo, atreladas no acordo interino: o governo brasileiro não veio socorrê-lo quando em dificuldades por causa de uma joint-venture no Brasil, envolvendo o

BNDES. "Por que devemos agora ajudar o governo brasileiro?" — teria até perguntado um representante do governo kuwaitiano, reagindo às gestões políticas do governo norte-americano. O Kuwait estava inclinado a aceitar a capitalização dos juros, mas não a dar um novo cheque.

A mediação norte-americana teria trazido o Kuwait de volta ao pacote? Até tarde da noite, ontem, em Nova York, só se podia informar que o acordo tinha saído de seu "coma profundo", sem, no entanto, saber com exatidão qual o remédio aplicado. O Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores passara o dia reunido, querendo resolver o novo problema, agravado com a crise de confiança que a saída do ministro Bresser Pereira provocou, e um banqueiro comentou a *O Estado* que agora "Estamos preparando a papelada".

O Brasil assinou "a papelada" na semana passada, prometendo fazer

seu primeiro desembolso ontem, dia 21. Agora, é a vez dos bancos (que se calcula sejam entre 80 e 120) trocar suas cartas de intenções por um compromisso assinado. Este pacote tem o valor total de US\$ 4,5 bilhões, dos quais US\$ 1,5 bilhão são do Brasil, e foi negociado para acabar com a moratória brasileira, pressupondo-se a regularização do pagamento de juros a partir de janeiro.

BRACHER

Um rumor insistente de que o negociador Fernão Bracher poderia ser convencido a encerrar o trabalho do pacote de médio prazo circulava ontem entre banqueiros. William Rhodes, presidente do Comitê de bancos, elogiou "a conversa franca", com Bracher, em sua despedida, na sexta-feira, quando ouviu suas duras críticas à falta de criatividade nas negociações, por causa da "cartelização" dos bancos. Um funcionário da administração Reagan chegou até a admitir: "Se ele voltar, seria muito bom".